



Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, na sua versão atualizada.

Código Penal

Data 2023-06-15

AVISO

ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO IMEDIATO E URGENTE DO ESTABELECIMENTO DE APOIO SOCIAL DENOMINADO INSTITUTO GERIÁTRICO DE PORTO SALVO

O Instituto da Segurança Social confirmou o encerramento administrativo imediato e urgente do estabelecimento de apoio social denominado INSTITUTO GERIÁTRICO DE PORTO SALVO, com as seguintes características:

Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

- exerce a atividade de ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de INSTITUTO GERIÁTRICO DE PORTO SALVO, LDA;
- está instalado em Travessa Ribeira de Ancha, N.º 4, Porto Salvo, 2740-158 Porto Salvo.

Porque ordenamos o encerramento do estabelecimento

O Instituto da Segurança Social, IP confirmou o encerramento, através da Deliberação n.º 130, de 2023-06-15, que ratificou o despacho de 2023-05-17 do/a Exmo. Sr. Vogal do Conselho Diretivo, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de funcionamento, segurança, higiene, conforto e falta de pessoal, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Artigos 35.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, a entidade responsável será sujeita a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

Alínea b) do artigo 348.º do Código Penal

Local e prazo de afixação do aviso

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias na entrada principal de acesso ao estabelecimento.

N.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

Consequência da não afixação do aviso

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Artigos 347.º e 357.º do Código Penal

Pelo Conselho Diretivo

Ana Vasques
Presidente

